

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL***

30 de junho de 2020



**MERCANTIL
DO BRASIL**

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R\$ mil

A T I V O	MB Conglomerado Prudencial		P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	MB Conglomerado Prudencial	
	1º Semestre	Exercício		1º Semestre	Exercício
	2020	2019		2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	6.230.269	5.903.353	PASSIVO CIRCULANTE	3.707.716	3.416.627
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (Nota 3.)	2.930.215	2.534.914	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.148.057	2.871.824
Disponibilidades	1.282.127	681.443	Depósitos (Nota 14.1.).....	2.161.732	1.843.770
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	1.648.088	1.853.471	Depósitos à Vista.....	399.263	313.027
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.845.118	2.945.167	Depósitos de Poupança.....	222.429	200.773
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	136.553	270.418	Depósitos Interfinanceiros.....	116.902	54.936
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	202.322	300.217	Depósitos a Prazo.....	1.423.138	1.275.034
Carteira Própria.....	166.133	248.579	Captações no Mercado Aberto (Nota 4.).....	100.903	236.529
Vinculados à Prestação de Garantias.....	36.189	51.638	Carteira de Terceiros.....	100.903	236.529
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	159.498	34.310	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	103.187	164.102
Relações Interfinanceiras.....	69.614	46.285	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	103.187	164.102
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	9.950	-	Relações Interfinanceiras.....	15.367	2.019
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 6.).....	59.664	46.285	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	14.200	10
Relações Interdependências.....	1.865	6.965	Correspondentes.....	1.167	2.009
Transferências Internas de Recursos.....	1.865	6.965	Relações Interdependências.....	5.487	28.627
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	2.236.196	2.243.769	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	5.487	28.627
Setor Privado.....	2.447.921	2.496.505	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	2.679	2.564
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	12.467	19.676	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	12.964	20.699
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(224.192)	(272.412)	Dívidas Subordinadas (Nota 14.3.).....	741.010	567.739
Outros Créditos.....	39.070	43.203	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.4.).....	4.728	5.775
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.).....	15.049	8.966	PASSIVOS FISCAIS	34.185	34.179
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	10.468	7.401	Passivos Fiscais Correntes.....	25.261	31.170
Títulos e Créditos a Receber - Com Característica de Crédito (Nota 7.1.).....	64.289	75.193	Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	25.261	31.170
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(50.736)	(48.357)	Passivos Fiscais Diferidos.....	8.924	3.009
OUTROS ATIVOS	454.936	423.272	Provisão para Imposto de Renda Diferido	8.924	3.009
Outros Valores e Bens (Nota 10.7.).....	128.535	173.843	OUTROS PASSIVOS	525.474	510.624
Outros Valores e Bens.....	223.023	288.081	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 16.1.).....	35.517	2.223
(Provisão para Desvalorizações).....	(94.488)	(114.238)	Câmbio Vendido a Liquidar.....	548	-
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	32.117	35.378	Obrigações por Compra de Câmbio.....	55.853	55.583
Outros Créditos.....	294.284	214.051	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.).....	(55.583)	(55.583)
Câmbio Comprado a Liquidar.....	94.807	69.580	Sociais e Estatutárias (Nota 16.2.).....	14.568	54.843
Direitos sobre Vendas de Câmbio	543	-	Negociação e Intermediação de Valores.....	17.040	4.757
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	1.102	5.569	Obrigações por Convênios Oficiais (Nota 16.3.).....	214.936	230.571
Negociação e Intermediação de Valores.....	5.233	1.329	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	9.311	4.257
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	21.225	21.399	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	58.059	43.091
Pagamentos a Ressarcir (Nota 10.3.).....	27	796	Credores Diversos - País (Nota 16.4.).....	174.368	168.461
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	136.955	75.371	Outros.....	857	2.421
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....	6.039	849			
Devedores Diversos (Nota 10.6.).....	23.486	35.549			
Outros.....	4.867	3.609			

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R\$ mil

A T I V O	MB Conglomerado Prudencial		P A S S I V O E P A T R I M Õ N I O L Í Q U I D O	MB Conglomerado Prudencial	
	1º Semestre	Exercício		1º Semestre	Exercício
	2020	2019		2020	2019
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.565.924	4.110.708	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.088.272	5.666.110
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.350.689	2.904.818	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5.726.216	5.300.689
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	1.577	2.702	Depósitos (Nota 14.1.).....	5.315.523	4.925.353
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	997.786	927.065	Depósitos a Prazo.....	5.315.523	4.925.353
Carteira Própria.....	833.409	463.495	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	2.378	833
Vinculados à Prestação de Garantias.....	164.377	463.570	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	2.378	833
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	2.344.782	1.971.141	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	21	82
Setor Privado.....	2.575.399	2.197.325	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	1.164	4.875
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	1.068	4.375	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.4.).....	407.130	369.546
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(231.685)	(230.559)			
Outros Créditos.....	6.544	3.910	PROVISÕES	277.121	304.255
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	8.248	5.227	Provisão para Outros Passivos (Nota 15.a.).....	277.121	304.255
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(1.704)	(1.317)			
TRIBUTOS DIFERIDOS	569.654	582.722	PASSIVOS FISCAIS	2.718	12
Créditos Tributários (Nota 9.).....	569.654	582.722	Passivos Fiscais Diferidos.....	2.718	12
			Provisão para Imposto de Renda Diferido.....	2.718	12
OUTROS ATIVOS	309.832	337.442	OUTROS PASSIVOS	81.959	60.817
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	48.250	64.008	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	40.774	28.164
Outros Créditos.....	261.582	273.434	Outros.....	41.185	32.653
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	7.000	7.000			
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 10.1.).....	208.369	218.401	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	258	337
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	8.438	9.134			
Pagamentos a Ressarcir (Nota 10.3.).....	1.524	1.002	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17.)	1.000.205	931.324
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	45.951	47.597	Capital Social (Nota 17.1.).....	492.708	492.708
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(9.700)	(9.700)	Reservas de Capital (Nota 17.2.).....	43.375	43.375
			Reservas de Reavaliação (Nota 17.4.).....	122	126
INVESTIMENTOS (Nota 11.)	112.858	102.246	Reservas de Lucros (Nota 17.2.).....	438.511	365.958
Participações em Coligadas e Controladas - No País:			Reserva Legal.....	74.538	70.911
Controladas.....	158.530	148.233	Reservas Estatutárias.....	363.973	295.047
Outros Investimentos.....	3.041	2.776	Para Pagamento de Dividendos.....	21.502	14.609
(Provisões para Perdas).....	(48.713)	(48.763)	Para Aumento de Capital.....	342.471	280.438
IMOBILIZADO (Nota 12.)	163.986	126.839	Outros Resultados Abrangentes.....	(19.695)	(14.668)
Imóveis de Uso.....	18.261	18.261	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(19.695)	(14.668)
Outras Imobilizações de Uso.....	294.996	243.922	Participação dos Não Controladores.....	45.184	43.825
(Depreciação Acumulada).....	(149.271)	(135.344)			
INTANGÍVEL (Nota 13.)	58.905	56.641	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.796.193	10.014.061
Ativos Intangíveis.....	151.732	140.274			
(Amortização Acumulada).....	(92.827)	(83.633)			
TOTAL DO ATIVO	10.796.193	10.014.061			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	MB Conglomerado Prudencial	
	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1.226.470	1.143.385
Operações de Crédito (Nota 21.1.).....	931.872	950.695
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	79.049	71.529
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.2.).....	133.465	(7.341)
Resultado de Operações de Câmbio.....	33.689	2.208
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	1.411	2.554
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	46.984	123.740
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(371.347)	(240.450)
Operações de Captação no Mercado (Nota 21.2.).....	(360.230)	(234.372)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	(9.101)	(474)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	(2.016)	(5.604)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	855.123	902.935
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (NOTA 7.2.).....	(164.385)	(230.449)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	690.738	672.486
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(563.926)	(545.503)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 22.1.).....	139.228	122.060
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas.....	16.286	15.511
Rendas de Tarifas Bancárias.....	122.942	106.549
Despesas de Pessoal (Nota 22.2.).....	(211.389)	(209.479)
Outras Despesas Administrativas (Nota 22.3.).....	(322.036)	(296.987)
Despesas Tributárias (Nota 22.4.).....	(53.455)	(58.342)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11.a.).....	10.297	6.224
Equivalência Patrimonial.....	10.297	6.224
Outras Receitas Operacionais (Nota 22.5.).....	35.294	18.158
Outras Despesas Operacionais (Nota 22.6.).....	(161.865)	(127.137)
RESULTADO OPERACIONAL.....	126.812	126.983
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23.).....	(12.823)	(31.267)
Receitas.....	30.857	18.786
Despesas.....	(43.680)	(50.053)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	113.989	95.716
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24.).....	(28.333)	(32.022)
Provisão para Imposto de Renda.....	(5.679)	(15.569)
Provisão para Contribuição Social.....	(4.398)	(9.658)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 9.b.).....	(18.256)	(6.795)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(11.473)	(9.998)
Empregados.....	(11.473)	(9.998)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES.....	(597)	(1.625)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE (Nota 17.2.).....	73.586	52.071

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
MÉTODO INDIRETO**

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	MB Conglomerado Prudencial	
	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	113.989	95.716
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	281.766	341.385
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	228.742	17.647
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	(153.273)	7.929
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.766)	(88)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	16.654	40.578
Despesas com Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	184	224
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	164.385	230.449
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	(15.750)	3.383
Depreciações e Amortizações.....	25.926	22.593
Atualizações Monetárias Ativas.....	(1.786)	(2.682)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(10.297)	(6.224)
Perda de Ativo Intangível.....	2	447
Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	27.435	25.774
Resultado da Participação dos Não Controladores.....	597	1.625
(Ganho) de Capital em Controlada.....	-	(270)
Outros.....	713	-
Lucro Líquido Ajustado.....	395.755	437.101
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	134.990	(212.217)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(52.708)	(106.060)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(9.981)	47.177
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(18.040)	(16.604)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(541.174)	75.475
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(92.117)	101.259
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	18.648	6.898
Aumento (Redução) em Depósitos.....	708.132	(143.992)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(135.626)	212.547
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(59.370)	(37.965)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	18.993	(65.963)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(79)	(20)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	367.423	297.636
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.384)	(19.452)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	366.039	278.184
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	223.414	64.674
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	44.675	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	45.741	43.005
Alienação de Imobilizado de Uso.....	6	14
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(135.649)	(2.558)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	(64.405)	-
Aumento de Participação em Controlada.....	(316)	(407)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(54.910)	(12.331)
Aplicações no Intangível.....	(11.461)	(13.773)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	47.095	78.624
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(47.544)	(24.050)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(3.912)	(3.436)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	-	(8.188)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	31.231	1.793
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	35.845	38.620
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(35.219)	(17.008)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(19.599)	(12.269)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	393.535	344.539
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Semestre.....	2.534.914	1.525.866
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.766	88
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Semestre.....	2.930.215	1.870.493
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	393.535	344.539

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	CAPITAL	REAVLIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 01/01/2020	492.708	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	43.825	931.324	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	(5.027)	(1.037)	-	(6.064)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	73.586	597	74.183	
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	762	762	
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	3.627	68.926	-	(72.553)	-	-	
SALDOS EM 30/06/2020	492.708	43.375	122	74.538	363.973	(19.695)	-	45.184	1.000.205	
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	3.627	68.926	(5.027)	-	1.359	68.881	
SALDOS EM 01/01/2019	492.708	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	43.182	843.284	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	(1.920)	-	-	(1.920)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	52.071	1.625	53.696	
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	(429)	(429)	
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	2.603	49.472	-	(52.075)	-	-	
SALDOS EM 30/06/2019	492.708	43.375	130	67.444	263.116	(16.520)	-	44.378	894.631	
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	2.603	49.472	(1.920)	-	1.196	51.347	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 90 agências e 162 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.946 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A administração do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras no conglomerado prudencial incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco e empresas financeiras, relacionadas abaixo.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2020	Dez / 2019
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2020	Dez / 2019
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	79,79	79,79
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

2.3. Agência no exterior

O Banco mantém operações em sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Ativos circulante e não circulante	86.322	62.078	15.764	15.401
Disponibilidades	1.208	19.856	221	4.926
Títulos e valores mobiliários	26.920	-	4.916	-
Operações de crédito	57.887	42.203	10.571	10.470
Outros valores e bens	287	4	52	1
Permanente	20	15	4	4
Passivos circulante e não circulante	-	1	-	-
Outras obrigações	-	1	-	-
Patrimônio líquido	86.322	62.077	15.764	15.401
Lucro líquido dos períodos	24.244	3.943	4.427	981

Vale constar que está em andamento providências para o fechamento dessa Agência, em conformidade com as normas de regência, o que poderá ocorrer ao longo do terceiro trimestre, sem impacto relevante nas Demonstrações Financeiras do Banco.

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 8.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações que se enquadraram nos requisitos da Resolução CMN nº 4.803/20, editada em caráter temporário devido à pandemia da Covid-19, foram mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

c) Conversão de moeda estrangeira em moeda funcional

As demonstrações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 junho de 2020, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,4754 (Em 31 de dezembro de 2019: US\$ 1,00 = R\$ 4,0301).

d) Impostos e Contribuições

• Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável em 2019. A Emenda Constitucional nº. 103/2019 majorou, a partir de março de 2020, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor bancário de 15% para 20% do lucro tributável.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

e) Outros Valores e Bens

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento e estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

Estes bens, quando recebidos por dação em pagamento, são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por impairment, através de laudo técnico.

f) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

l) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 17.3.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 30 de junho de 2020 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e, até 31/12/2018, eram registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente. A partir de 1º de janeiro de 2019, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.706/18, são apresentadas nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

2.5. Reclassificação de Cifras Comparativas

Os ajustes relativos a reclassificações em junho de 2019 estão no quadro da Demonstração do Fluxo de Caixa que se segue:

Descrição	Original	Reclassificações	Reclassificado
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	316.804	(38.620)	278.184
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	78.624	-	78.624
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(50.889)	38.620	(12.269)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	344.539	-	344.539

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Disponibilidades	1.282.127	681.443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.648.088	1.853.471
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	182.715	314.996
Letras do Tesouro Nacional	-	1.193.806
Notas do Tesouro Nacional	1.465.373	344.669
Total - Circulante	2.930.215	2.534.914

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Aplicações no mercado aberto – Posição financiada	100.903	236.529
Letras Financeiras do Tesouro	37.287	-
Letras do Tesouro Nacional	-	236.529
Notas do Tesouro Nacional	63.616	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.227	36.591
Total	138.130	273.120
Circulante	136.553	270.418
Não circulante	1.577	2.702

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Jun / 2020		
Títulos / Vencimentos	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda		
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	4.636	4.636
De 5 a 10 anos	4.636	4.636
Cotas de Fundo Imobiliário	34.096	34.096
De 5 a 10 anos	34.096	34.096
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	13.796	13.796
De 91 a 180 dias	929	929
De 181 dias a 1 ano	2.924	2.924
De 2 a 3 anos	7.814	7.814
De 3 a 4 anos	2.129	2.129
Certificado de Recebíveis Imobiliários	65.960	65.960
De 91 a 180 dias	346	346
De 181 dias a 1 ano	1.451	1.451
De 2 a 3 anos	10.166	10.166
De 4 a 5 anos	12.568	12.568
De 5 a 10 anos	2.795	2.795
Acima de 10 anos	38.634	38.634
Letras Financeiras do Tesouro	1.011.909	1.011.781
De 61 a 90 dias	71.472	71.470
De 181 dias a 1 ano	97.169	97.159
De 1 a 2 anos	331.204	331.236
De 2 a 3 anos	72.495	72.537
De 4 a 5 anos	333.172	333.044
De 5 a 10 anos	106.397	106.335
Debêntures	41.655	41.655
De 91 a 180 dias	3.565	3.565
De 181 dias a 1 ano	9.555	9.555
De 2 a 3 anos	18.774	18.774
De 4 a 5 anos	5.435	5.435
De 5 a 10 anos	4.326	4.326
Letras Financeiras Subordinada Nível II	10.435	10.435
De 91 a 180 dias	177	177
De 5 a 10 anos	10.258	10.258
Total	1.182.487	1.182.359
Mantidos até o Vencimento		
Bonds	14.745	14.745
Até 30 dias	14.745	14.745
Fundo de investimentos em direitos creditórios	3.004	3.004
De 5 a 10 anos	3.004	3.004
Total	17.749	17.749
Total geral	1.202.486	1.200.108
Total Contábil	-	1.200.108
Circulante	-	202.322
Não circulante	-	997.786

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dez / 2019		
Títulos / Vencimentos	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda		
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	4.557	4.557
De 5 a 10 anos	4.557	4.557
Cotas de Fundo Imobiliário	34.751	34.751
De 5 a 10 anos	34.751	34.751
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	501	501
De 181 dias a 1 ano	131	131
De 2 a 3 anos	370	370
Certificado de Recebíveis Imobiliários	30.182	30.182
De 91 a 180 dias	150	150
De 181 dias a 1 ano	577	577
De 2 a 3 anos	1.668	1.668
De 4 a 5 anos	9.040	9.040
De 5 a 10 anos	3.725	3.725
Acima de 10 anos	15.022	15.022
Letras Financeiras do Tesouro	1.113.625	1.113.973
De 61 a 90 dias	216.734	216.730
De 181 dias a 1 ano	70.231	70.233
De 1 a 2 anos	159.323	159.343
De 2 a 3 anos	339.976	340.211
De 4 a 5 anos	327.361	327.456
Debêntures	37.014	37.014
De 91 a 180 dias	2.373	2.373
De 181 dias a 1 ano	9.523	9.523
De 2 a 3 anos	21.176	21.176
De 3 a 4 anos	3.942	3.942
Total	1.220.630	1.220.978
Mantidos até o Vencimento		
Debêntures	2.995	2.995
De 181 dias a 1 ano	499	499
De 1 a 2 anos	2.496	2.496
Fundo de investimentos em direitos creditórios	3.309	3.309
De 5 a 10 anos	3.309	3.309
Total	6.304	6.304
Total geral	1.226.934	1.227.282
Total Contábil	-	1.227.282
Circulante	-	300.217
Não circulante	-	927.065

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 30/06/2020 referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 4.110 (R\$ 4.085 em dezembro de 2019).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 222.409 (R\$ 515.208 em dezembro de 2019), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de Referência		Valor Justo		A receber		A pagar	
	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019
Contrato de Swap ⁽ⁱ⁾								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - Dólar	334.039	339.558	548.385	427.460	159.498	34.310	-	-
Posição passiva								
Taxa de Juros	334.039	339.558	388.887	393.149	159.498	34.310	-	-
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱⁱ⁾								
Posição ativa								
Moeda estrangeira	-	2.051	-	2.043	-	-	-	-
Posição passiva								
Moeda estrangeira	56.578	13.194	56.625	13.274	-	-	-	-
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱⁱ⁾								
Posição passiva								
Taxa de Juros	969.316	1.689.488	968.933	1.689.118	-	-	-	-
Total - Circulante					159.498	34.310	-	-

⁽ⁱ⁾ As operações de swap têm como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (vide nota nº 14.3.).

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado diariamente e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Swap	B3	271.551	62.488	-	334.039
Contrato de Futuro - Dólar		56.578	-	-	56.578
Contrato de Futuro - DI		-	407.207	562.109	969.316
Total em 30/06/2020		328.129	469.695	562.109	1.359.933
Total em 31/12/2019		1.215.265	327.632	501.394	2.044.291

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Jun / 2020			Jun / 2019		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	157.205	(786)	156.419	10.034	(13.218)	(3.184)
Contrato de Futuro - Dólar	33.327	(41.247)	(7.920)	4.215	(3.395)	820
Contrato de Futuro - DI	107.761	(122.795)	(15.034)	13.705	(18.682)	(4.977)
Total	298.293	(164.828)	133.465	27.954	(35.295)	(7.341)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior e para parte da Carteira de Ativos o Banco realiza *hedge accounting*, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

A efetividade das operações de *hedge accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

Objeto de Hedge	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Captação Externa – Passivo	576.073	424.228	576.915	421.924
Carteira de Ativos	944.241	1.409.556	961.886	1.410.712
Total	1.520.314	1.833.784	1.538.801	1.832.636

Instrumento de Hedge	Valor de Referência		Valor Justo	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Contrato de Swap				
Posição ativa - Moeda estrangeira	334.039	339.558	548.385	427.460
Posição passiva - Taxa de Juros	334.039	339.558	388.887	393.149
Contrato de Futuro – DI				
Posição passiva - Taxa de Juros	961.884	1.410.710	961.884	1.410.710

5.3. Instrumento de Hedge não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa, de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e, conseqüentemente, dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos.

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural				
Tipo	Natureza	Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	185.089	136.238
Total			185.089	136.238
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	156.054	103.283
		Operações Ativas - ACC	29.032	32.950
Total			185.086	136.233

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior.

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela Instituição.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação. Em razão das altas volatilidades do comportamento das taxas de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento gerado pela moeda estrangeira via Mercado Futuro.

O Mercantil do Brasil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o derivativo foi classificado como *Hedge Accounting* que é um instrumento utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, possibilitando reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado.

Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) da captação externa, ao risco de taxas de juros para proteção de posições prefixadas e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar a R\$ 5,54 e a taxa de juros a 2,47 % ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2020 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,11 e a taxa de juros 4,16% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2020 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 2,74 e a taxa de juros 5,00% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do valor justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I ^(II)	II	III
Captação Externa com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	5.484	(137.096)	(274.192)
		Dívida em USD	(5.482)	137.061	274.121
		Efeito Líquido	2	(35)	(71)
	Cupom Cambial ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	-	-	(1)
		Dívida em USD	-	-	1
		Efeito Líquido	-	-	-
Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	-	(20)	(39)	
Taxa de Juros Prefixada (% CDI)	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	(2)	(60)	(121)	
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa futuro)	(3.806)	(14.032)	(28.065)
		Descasamento em USD	3.806	13.940	27.880
		Efeito Líquido	-	(92)	(185)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	(3)	(20)	(34)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada	Operações de Crédito (ponta ativa)	790	9.887	19.642
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(789)	(10.135)	(20.156)
		Efeito Líquido	1	(248)	(514)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(2.075)	(10.414)	(20.828)
		CRI	(1.043)	(2.609)	(5.217)
		CRA	(3.998)	(16.490)	(32.979)
Total sem correlação			-	(33.437)	(66.886)
Total com correlação			(7.264)	(33.399)	(66.811)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(4.358)	(20.039)	(40.087)

^(I) A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

^(II) Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do *hedge* da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado provenientes das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do *swap*. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido a um distanciamento natural entre o *hedge* e seu objeto, não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota nº 26.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Recolhimentos compulsórios	Jun / 2020	Dez / 2019
Sobre depósitos de poupança	44.571	40.662
Direcionamento microcrédito	15.093	5.623
Total – Circulante	59.664	46.285

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:**

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Operações de crédito	5.036.855	4.717.881
Devedores por compra de valores e bens	18.716	12.628
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	15.049	8.966
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	55.583
Títulos e créditos a receber – Cartão de Crédito	64.289	75.191
Total	5.190.492	4.870.249
Circulante	2.605.777	2.663.322
Não circulante	2.584.715	2.206.927

7.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	552.645	682.895
Constituição de provisão	258.396	716.340
Reversão de provisão	(94.012)	(301.764)
Baixa	(208.712)	(544.826)
Saldos no final dos períodos	508.317	552.645
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	9.700	10.393
Reversão de provisão	-	(685)
Baixa	-	(8)
Saldos no final dos períodos	9.700	9.700
Efeito no resultado	164.385	413.891
Total	518.017	562.345
Circulante	274.928	320.769
Não circulante	243.089	241.576

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16 é como segue:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	224	235
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.387	1.338
Outras fianças bancárias	1.041	1.025
Total	2.700	2.646
Circulante	2.679	2.564
Não circulante	21	82

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD		
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
	Normal	Anormal		Em Curso										
	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
AA	181.650	-	181.650	192.143	-	180	-	52.507	-	244.830	426.480	543.310	-	-
A	3.420.027	-	3.420.027	44.377	-	10.921	-	124.001	-	179.299	3.599.326	3.044.043	17.990	15.219
B	93.817	54.232	148.049	19.925	16	13.175	19	44.513	159	77.807	225.856	253.219	2.259	2.531
C	7.523	19.594	27.117	55.742	74	2.476	-	31.965	1.199	91.456	118.573	149.330	3.557	4.479
D	15.334	32.104	47.438	20.407	1.895	4.002	1.042	48.377	22.857	98.580	146.018	173.179	14.602	17.317
E	4.610	21.773	26.383	38.891	3.199	5.571	2.730	33.071	30.203	113.665	140.048	142.298	42.014	42.690
F	7.756	22.231	29.987	4.919	19.503	59	2.118	20.848	37.603	85.050	115.037	97.682	57.518	48.841
G	1.981	20.767	22.748	109.066	4.642	175	452	7.446	18.061	139.842	162.590	152.067	113.813	106.447
H	11.670	154.470	166.140	16.305	56.762	1.608	5.124	2.839	7.786	90.424	256.564	315.121	256.564	315.121
Total	3.744.368	325.171	4.069.539	501.775	86.091	38.167	11.485	365.567	117.868	1.120.953	5.190.492	4.870.249	508.317	552.645

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vencidas	426.399	3.596.769	171.372	97.664	87.740	81.692	33.580	118.665	32.395	4.646.276	89,51
	01 a 30 dias	36.857	374.063	16.829	1.368	5.527	1.825	3.843	392	825	441.529	8,51
	31 a 60 dias	24.635	212.374	6.307	4.820	5.737	3.879	763	871	861	260.247	5,01
	61 a 90 dias	12.632	178.132	4.368	6.355	6.612	2.930	751	897	948	213.625	4,12
	91 a 180 dias	5.961	457.074	11.238	17.405	9.682	7.776	2.466	2.443	6.978	521.023	10,04
	181 a 360 dias	17.964	639.879	22.414	8.049	15.171	13.753	4.538	75.210	12.008	808.986	15,58
	Acima de 360 dias	328.350	1.735.247	110.216	59.667	45.011	51.529	21.219	38.852	10.775	2.400.866	46,25
	Vencidas até 14 dias	81	2.557	58	42	380	451	2	3	27	3.601	0,07
	Total em 30/06/2020	426.480	3.599.326	171.430	97.706	88.120	82.143	33.582	118.668	32.422	4.649.877	89,58
	%	8,22	69,34	3,30	1,88	1,70	1,58	0,65	2,29	0,62	89,58	-
	Total em 31/12/2019	543.310	3.044.043	188.344	109.265	132.617	82.949	73.057	119.488	129.725	4.422.798	90,81
%	11,16	62,50	3,87	2,24	2,72	1,70	1,50	2,45	2,67	90,81	-	
Curso Anormal	Parcelas vencidas	-	-	49.025	16.871	46.268	47.363	61.998	32.573	112.922	367.020	7,08
	01 a 30 dias	-	-	3.467	1.149	3.015	2.010	2.596	1.255	5.990	19.482	0,38
	31 a 60 dias	-	-	3.261	1.050	2.799	1.922	1.932	1.036	5.561	17.561	0,34
	61 a 90 dias	-	-	3.082	968	2.642	1.819	2.123	1.051	5.209	16.894	0,33
	91 a 180 dias	-	-	8.129	2.474	6.556	3.992	5.675	2.740	13.573	43.139	0,83
	181 a 360 dias	-	-	10.867	3.461	11.171	8.856	9.488	5.484	21.179	70.506	1,36
	Acima de 360 dias	-	-	20.219	7.769	20.085	28.764	40.184	21.007	61.410	199.438	3,84
	Parcelas vencidas	-	-	5.401	3.996	11.630	10.542	19.457	11.349	111.220	173.595	3,34
	01 a 14 dias	-	-	1	21	876	878	859	139	1.410	4.184	0,08
	15 a 30 dias	-	-	5.251	1.309	2.673	1.373	1.487	1.226	6.488	19.807	0,38
	31 a 60 dias	-	-	149	2.327	3.354	2.653	2.617	1.519	8.118	20.737	0,40
	61 a 90 dias	-	-	-	257	4.224	2.460	8.174	1.840	15.806	32.761	0,63
	91 a 180 dias	-	-	-	82	503	2.917	5.534	5.821	41.536	56.393	1,09
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	261	786	804	35.645	37.496	0,72
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2.217	2.217	0,04
	Total em 30/06/2020	-	-	54.426	20.867	57.898	57.905	81.455	43.922	224.142	540.615	10,42
	%	-	-	1,04	0,40	1,12	1,12	1,57	0,85	4,32	10,42	-
	Total em 31/12/2019	-	-	64.875	40.065	40.562	59.349	24.625	32.579	185.396	447.451	9,19
	%	-	-	1,33	0,82	0,83	1,22	0,51	0,67	3,81	9,19	-
Total	Total em 30/06/2020	426.480	3.599.326	225.856	118.573	146.018	140.048	115.037	162.590	256.564	5.190.492	100,00
	%	8,22	69,34	4,34	2,28	2,82	2,70	2,22	3,14	4,94	100,00	-
	Total em 31/12/2019	543.310	3.044.043	253.219	149.330	173.179	142.298	97.682	152.067	315.121	4.870.249	100,00
	%	11,16	62,50	5,20	3,06	3,55	2,92	2,01	3,12	6,48	100,00	-

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Jun / 2020	%	Dez / 2019	%
Pessoa Física	4.069.539	78,40	3.627.149	74,49
Pessoa Jurídica	1.120.953	21,60	1.243.100	25,51
Construção civil	218.157	4,20	258.256	5,30
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	151.077	2,91	137.866	2,83
Biocombustíveis e açúcar	109.261	2,11	116.580	2,39
Siderurgia	87.328	1,68	83.596	1,72
Prestação de serviços	84.911	1,64	81.000	1,66
Materiais de construção	63.392	1,22	62.394	1,28
Transporte de cargas e logística	29.743	0,57	36.187	0,74
Bens de Capital	36.702	0,71	32.125	0,66
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	108.730	2,09	93.625	1,92
Bebidas	29.227	0,56	30.418	0,62
Outros	202.425	3,91	311.053	6,39
Total geral	5.190.492	100,00	4.870.249	100,00

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Composição da carteira por produto

Produtos	Jun / 2020											Dez / 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.174.428	16.511	13.952	21.382	13.128	14.769	13.965	99.788	1.367.923	26,35	1.306.568	26,83
Crédito Consignado INSS	-	1.549.333	30.539	3.363	3.320	2.310	2.238	1.863	19.165	1.612.131	31,06	1.190.481	24,44
Capital de Giro	123.035	154.772	54.324	36.119	61.096	28.764	36.668	28.759	54.275	577.812	11,13	551.027	11,31
Crédito Consignado Público	-	347.179	20.854	1.869	6.407	2.584	1.362	442	3.528	384.225	7,40	358.528	7,36
Renegociação	-	35	-	-	39.129	89.368	37.804	45.075	49.972	261.383	5,04	314.533	6,46
Crédito Rural	98.700	1.986	777	44.161	-	-	3.349	171	7.414	156.558	3,02	277.120	5,69
Cartão de Crédito Consignado	-	226.422	397	372	452	358	438	346	4.209	232.994	4,49	260.271	5,34
Cheque Empresa	-	2.608	11.800	67	1.794	43	41	10	609	16.972	0,33	30.956	0,64
Cheque Especial	145	27.879	1.964	359	1.310	760	520	958	8.168	42.063	0,81	60.519	1,24
Conta Garantida	2.573	14.591	4.415	12.576	6.105	1.129	239	-	-	41.628	0,80	43.694	0,90
Câmbio	19.410	6.470	-	-	-	-	-	70.632	-	96.512	1,86	83.205	1,71
Crédito Imobiliário	29.320	1.236	44.060	169	-	-	-	-	-	74.785	1,44	86.921	1,78
Cartão de Crédito	480	48.495	2.000	436	778	350	310	289	1.810	54.948	1,06	67.264	1,38
Crédito Pessoal	135.208	23.519	30.083	1.513	1.646	600	115	80	5.194	197.958	3,81	186.290	3,83
Financiamento Veículos – CDC	-	2.732	733	418	2.410	-	-	-	-	6.293	0,12	9.283	0,19
Outros	17.609	17.641	7.399	3.199	189	654	17.184	-	2.432	66.307	1,28	43.589	0,90
Total geral	426.480	3.599.326	225.856	118.573	146.018	140.048	115.037	162.590	256.564	5.190.492	100,00	4.870.249	100,00

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 1,91% ao ano e representam 1,92%, do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 94.029 e dos juros de R\$ 327, totalizando R\$ 94.356. Em dezembro de 2019, o valor do principal era R\$ 204.678 e dos juros de R\$ 345, totalizando R\$ 205.023.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 26.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	13.535	24.051
Circulante	12.467	19.676
Não circulante	1.068	4.375
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	14.128	25.574
Circulante	12.964	20.699
Não circulante	1.164	4.875

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 46.984 (R\$ 123.740 em junho de 2019), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 143.398 (R\$ 476.956 em junho de 2019), a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 2.016 (R\$ 5.604 em junho de 2019).

8. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/2019, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando-a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Cotas de Fundos.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI e CRA.

- **Derivativos**

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Descrição	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros		
Nível 1	2.869.478	2.869.626
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.786.218	1.786.366
Títulos e Valores Mobiliários	1.011.781	1.011.781
Relações interfinanceiras	69.614	69.614
Relações interdependências	1.865	1.865
Nível 2	4.908.589	4.908.589
Títulos e Valores Mobiliários	66.916	66.916
Instrumentos Financeiros Derivativos	159.498	159.498
Operações de Crédito e Outros Créditos	4.682.175	4.682.175
Nível 3	121.411	121.411
Títulos e Valores Mobiliários	121.411	121.411
Total em 30/06/2020	7.899.478	7.899.626
Total em 31/12/2019	7.759.037	7.759.394
Passivos Financeiros		
Nível 1	7.578.158	7.575.546
Depósitos	7.477.255	7.474.634
Captações no Mercado Aberto	100.903	100.912
Nível 2	1.293.415	1.293.415
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	105.565	105.565
Relações Interfinanceiras	15.367	15.367
Relações Interdependências	5.487	5.487
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	14.128	14.128
Dívidas Subordinadas	741.010	741.010
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	411.858	411.858
Total em 30/06/2020	8.871.573	8.868.961
Total em 31/12/2019	8.169.867	8.168.458

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	1.250.820	1.291.008
Prejuízo fiscal	114.364	71.304
Diferenças temporárias	1.136.456	1.219.704
Total do efeito do IR	312.705	322.752
Contribuição Social		
Base de Cálculo	1.261.742	1.300.991
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	16.720	119.700
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.113.040	1.100.004
Base negativa à alíquota de 15%	23.416	18.162
Base negativa à alíquota de 20%	108.566	63.125
Efeito da CSL	250.341	253.305
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	6.608	6.665
Total do efeito da CSL	256.949	259.970
Total – Não Circulante	569.654	582.722

Com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19, os Créditos Tributários passaram a ser apresentados integralmente no não circulante. O saldo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para fins de comparabilidade.

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda			
Saldos em 31/12/2019	304.924	17.828	-
Constituição	68.302	10.765	-
Realização	(92.029)	-	-
Efeito líquido no resultado	(23.726)	10.765	-
Outras	2.914	-	-
Saldos em 30/06/2020	284.112	28.593	-
Contribuição Social			
Saldos em 31/12/2019	237.956	15.349	6.665
Constituição	54.846	8.872	-
Realização	(69.013)	-	(57)
Efeito líquido no resultado	(14.167)	8.872	-
Outras	2.331	-	-
Saldos em 30/06/2020	226.120	24.221	6.608
Total	569.654		

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 108.426 (R\$ 107.889 em dezembro de 2019) e estão ativados com realização prevista até 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2020	Dez / 2019
2020	73.972	58.669	4	58.673	132.645	193.066
2021	72.022	56.437	5.631	62.068	134.090	98.541
2022	56.531	47.495	149	47.644	104.175	90.433
2023	12.978	10.525	268	10.793	23.771	2.509
2024	97.202	77.215	380	77.595	174.797	197.490
2025 a 2026	-	-	176	176	176	683
Total	312.705	250.341	6.608	256.949	569.654	582.722
Valor Presente	293.327		241.086		534.413	515.526

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2019, revisados em junho de 2020 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

10. OUTROS ATIVOS

10.1. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Depósitos recursais trabalhistas	25.237	25.892
Depósitos judiciais trabalhistas	70.411	76.424
Depósitos judiciais fiscais	92.067	91.063
Depósitos de ações cíveis	20.654	25.022
Total – Não circulante	208.369	218.401

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica "Provisão para Outros Passivos" (vide nota nº 15.a.).

10.2. Impostos a compensar

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	7.820	7.759
Contribuição social ⁽ⁱⁱ⁾	415	413
Imposto de renda pessoa jurídica ⁽ⁱⁱⁱ⁾	384	552
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.650	2.415
Antecipação IRPJ/CSLL	19.191	19.191
Outros	203	203
Total	29.663	30.533
Circulante	21.225	21.399
Não circulante	8.438	9.134

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.8.(I)).

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3. Pagamentos a ressarcir

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
COFINS	1.010	1.002
FGTS	514	508
Outros	27	288
Total	1.551	1.798
Circulante	27	796
Não circulante	1.524	1.002

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.191 (R\$ 20.025 em dezembro de 2019).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de crédito

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Créditos a receber ⁽¹⁾	119.451	58.069
Precatórios	15.038	16.786
Direitos creditórios	35.062	35.062
Títulos de capitalização	13.246	12.971
Outros	109	80
Total	182.906	122.968
Circulante	136.955	75.371
Não circulante	45.951	47.597

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

10.5. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

10.6. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito e Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros no montante de R\$ 23.486 (R\$ 30.918 em dezembro de 2019).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.7. Outros valores e bens

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Bens não de Uso próprio	126.119	171.798
Imóveis - dação em pagamento	220.583	286.030
Veículos e afins	21	3
Outros bens não de uso	3	3
(-) Provisão para desvalorizações (vide nota nº 23.)	(94.488)	(114.238)
Material em estoque	2.416	2.045
Total – Circulante	128.535	173.843

10.8 Despesas antecipadas

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	72.945	92.948
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱ⁾	7.422	6.438
Total	80.367	99.386
Circulante	32.117	35.378
Não circulante	48.250	64.008

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	EMPRESAS				TOTAL
	MBIA (1)	MACS (2)	RAACSPPCB (3)	MBEI (4)	
Junho de 2020					
Capital social	28.937	4.853	24.901	43.000	101.691
Patrimônio líquido antes dos dividendos	26.919	7.278	57.180	67.675	159.052
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	92,83	100	100	-
Lucro societário do período	(510)	166	11.570	(917)	10.309
Ajuste de variação patrimonial	-	-	(1)	-	(1)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(510)	154	11.570	(917)	10.297
Equivalência patrimonial	(510)	154	11.570	(917)	10.297
Valor dos investimentos	26.919	6.756	57.180	67.675	158.530

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	EMPRESAS				TOTAL
	MBIA	MACS	RAACSPPCB	MBEI	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dezembro de 2019					
Capital social	28.937	4.853	24.901	43.000	101.691
Patrimônio líquido antes dos dividendos	32.194	7.137	62.411	74.683	176.425
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	92,83	100	100	-
Lucro societário do período	(451)	104	15.924	(235)	15.342
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(23)	(4.101)	-	(4.124)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(595)	81	15.540	(419)	14.607
Equivalência patrimonial	(451)	81	15.924	(235)	15.319
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(144)	-	(384)	(184)	(712)
Ajuste de investimentos	(4.766)	-	(12.699)	(6.091)	(23.556)
Valor dos investimentos	27.428	6.602	45.611	68.592	148.233
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.					
(2) Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)					
(3) Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.					
(4) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.					

Em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. do montante de R\$ 20.507 para R\$ 24.901, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da “Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 4.394.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no período.

12. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2019	93.099	100.265	64.178	4.641	262.183
Adições	16.659	9.427	3.616	25.208	54.910
Entradas por transferências	3.406	-	17	-	3.423
(-) Saída por transferências	700	-	141	(4.264)	(3.423)
(-) Baixa	(212)	(3.475)	(149)	-	(3.836)
Subtotal	113.652	106.217	67.803	25.585	313.257
(-) Depreciação em 31/12/2019	(52.577)	(42.643)	(40.087)	(37)	(135.344)
(-) Depreciação no período	(8.252)	(6.006)	(2.472)	-	(16.730)
Baixa	154	2.530	119	-	2.803
(-) Subtotal	(60.675)	(46.119)	(42.440)	(37)	(149.271)
Saldo Líquido em 30/06/2020	52.977	60.098	25.363	25.548	163.986

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 122 (R\$ 126 em dezembro de 2019) (vide nota nº 17.4.).

13. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2019	121.854	13.060	5.360	140.274
Adições	10.334	622	505	11.461
(-) Baixas	(3)	-	-	(3)
Subtotal	132.185	13.682	5.865	151.732
(-) Amortização em 31/12/2019	(75.493)	(4.856)	(3.284)	(83.633)
(-) Amortização no período	(6.897)	(1.329)	(968)	(9.194)
(-) Subtotal	(82.390)	(6.185)	(4.252)	(92.827)
Saldo Líquido em 30/06/2020	49.795	7.497	1.613	58.905

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**14.1. Depósitos**

Descrição	Depósitos				Total	
	A Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Jun / 2020	Dez / 2019
Indeterminado	399.263	222.429	-	1.603	623.295	514.988
Até 30 dias	-	-	91.227	184.343	275.570	95.164
De 31 a 60 dias	-	-	-	145.259	145.259	112.153
De 61 a 90 dias	-	-	-	140.299	140.299	85.811
De 91 a 180 dias	-	-	-	321.576	321.576	286.832
De 181 a 360 dias	-	-	25.675	630.058	655.733	748.822
Acima de 360 dias	-	-	-	5.315.523	5.315.523	4.925.353
Total	399.263	222.429	116.902	6.738.661	7.477.255	6.769.123
Circulante	399.263	222.429	116.902	1.423.138	2.161.732	1.843.770
Não circulante	-	-	-	5.315.523	5.315.523	4.925.353

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2020	Dez / 2019
Até 30 dias	2.766	-	1.735	4.501	360
De 31 a 60 dias	9.289	-	1.857	11.146	13.411
De 61 a 90 dias	38.809	2.944	2.594	44.347	8.253
De 91 a 180 dias	2.237	-	6.601	8.838	50.467
De 181 a 360 dias	34.355	-	-	34.355	91.611
Acima de 360 dias	-	-	2.378	2.378	833
Total	87.456	2.944	15.165	105.565	164.935
Circulante	87.456	2.944	12.787	103.187	164.102
Não circulante	-	-	2.378	2.378	833

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Dívidas Subordinadas

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Dívida Subordinada	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a	137.550	140.875	741.010	567.739
Total - Circulante					137.550	140.875	741.010	567.739

Em julho de 2010, o Banco emitiu *tranche do Tier II*, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 18.). Em 2015, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição.

Em outubro de 2018, o Banco, após autorização do Banco Central do Brasil, lançou nova oferta de recompra parcial de referidos títulos, que alcançou o montante de até US\$ 20.843, em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e com observância das normas que regem o assunto. Após a recompra, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido para US\$ 134.540, em novembro de 2018. Referido saldo é objeto de *hedge accounting*, conforme nota nº 5.2. Maiores informações no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Desde de julho/2019, referida dívida subordinada passou a apresentar prazo de vencimento inferior a um ano, deixando de ser utilizada na composição do nível II do Patrimônio de Referência, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13.

A título de evento subsequente, vale constar que a captação externa venceu em 16 de julho e foi liquidada no vencimento. Adicionalmente, os correspondentes contratos de swap de que tratam a nota explicativa 5.2., utilizadas com *hedge* dessa captação foram encerrados.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.4. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Jun / 2020	Dez / 2019
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(I)	3º / 2016	3º / 2023	30.293	30.615	30.817
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.320	7.363
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	51.845	51.979
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	18.281	18.288
	1º / 2017	2º / 2024	300	303	304
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	22.084	22.095
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.253	2.260
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	6.783	6.839
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.834	6.875
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	64.610	64.417
	4º / 2017	1º / 2025	600	612	657
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	13.450	13.646
	1º / 2018	2º / 2025	800	807	910
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	17.242	17.726
	2º / 2018	3º / 2025	2.980	3.337	3.286
	3º / 2018	3º / 2025	20.795	22.259	22.103
	4º / 2018	4º / 2025	15.073	16.515	16.214
	1º / 2019	1º / 2026	8.510	8.960	8.884
	2º / 2019	2º / 2026	17.329	18.084	17.852
	3º / 2019	3º / 2026	19.427	20.102	19.900
4º / 2019	4º / 2026	11.810	11.948	11.915	
1º / 2020	1º / 2027	14.739	14.942	-	
2º / 2020	2º / 2027	6.106	6.121	-	
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2º / 2018	Perpétua	300	301	346
	4º / 2018	Perpétua	4.000	4.472	4.360
	1º / 2019	Perpétua	5.381	5.577	5.564
	2º / 2019	Perpétua	7.400	7.542	7.504
	3º / 2019	Perpétua	9.153	9.647	9.465
	4º / 2019	Perpétua	3.716	3.746	3.752
	1º / 2020	Perpétua	11.800	12.041	-
2º / 2020	Perpétua	3.200	3.225	-	
Total			411.858	375.321	
Circulante			4.728	5.775	
Não circulante			407.130	369.546	

(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.

(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 140% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 360.196 (R\$ 311.581 em dezembro de 2019).

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Provisões para riscos fiscais	93.800	116.046
Provisões para processos trabalhistas	148.300	152.823
Provisões para processos cíveis	34.804	35.170
Outras	217	216
Total – Não circulante	277.121	304.255

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
COFINS ^(I)	14.463	14.255
CSL ^(II)	14.148	14.070
INSS ^(III)	37.831	61.744
PIS ^(IV)	8.505	8.466
ISS ^(V)	18.621	17.281
Outros	232	230
Total – Não circulante	93.800	116.046

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 15.b.).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2019	116.046	152.823	35.170
Constituição / (Reversão) ⁽¹⁾	(23.726)	13.997	18.612
Atualização Monetária	911	6.318	542
Liquidações	-	(24.838)	(19.520)
Atualização de Depósitos	569	-	-
Saldos em 30/06/2020	93.800	148.300	34.804
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.1.)	92.067	95.648	20.654

⁽¹⁾ Refere-se a reversão de provisão excedente, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, relativa ao processo judicial que questionou a constitucionalidade da aplicação do FAP - Fator Acidentário de Prevenção, tendo em vista a liquidação integral dos valores devidos, considerando os fatores recalculados por estabelecimentos, para o período de Janeiro/2010 a Dezembro/2015, disponibilizados pela própria Previdência Social.

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.117 (R\$ 1.104 em dezembro de 2019). As ações tributárias totalizaram R\$ 11.336 (R\$ 11.187 em dezembro de 2019).

16. OUTROS PASSIVOS**16.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados**

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 35.517 (R\$ 2.223 em dezembro de 2019).

16.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores referente aos exercícios de 2020 e 2019.e aos juros sobre capital próprio a pagar, referentes ao exercício de 2019.

16.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

16.4. Credores diversos – País

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	59.312	83.986
Provisão para despesas administrativas	60.890	45.955
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	5.012	4.296
Outros	49.154	34.224
Total – Circulante	174.368	168.461

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Jun / 2020		Dez / 2019	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	32.577.872	306.232
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

17.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, são como segue:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	438.511	365.958
Reserva legal ^(II)	74.538	70.911
Reservas estatutárias ^(III)	363.973	295.047

^(I) São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7% para o Banco Mercantil de Investimentos S.A. e 6% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido para o Banco Mercantil do Brasil S.A e 70% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Não foram declarados juros sobre o capital próprio no primeiro semestre de 2019 e 2020 em conformidade com dispositivos legais e estatutários em vigor.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Lucro líquido dos semestres	73.586	52.071
Realização de reservas de reavaliação	4	4
Ajuste de avaliação atuarial	(1.037)	-
Total a ser destinado	72.553	52.075
Reserva legal	3.627	2.603
Reservas estatutárias	68.926	49.472
Para aumento de capital	62.033	44.525
Para dividendos futuros	6.893	4.947

17.3. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2020	Jun / 2019
Número médio e final de ações	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	45.736	27.850	73.586	52.071
Lucro básico por ação	1,4039	1,4039	1,4039	0,9934

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.4. Reservas de reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 122 (R\$ 126 em dezembro de 2019).

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, a partir de janeiro de 2019.. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%, no período de abril de 2020 até março de 2021, nos termos da Resolução CMN nº 4.783/20 (2,50% de 2019 até março de 2020).

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.047.665	934.923
b) Patrimônio de Referência Nível I	764.579	686.972
b.1) Capital Principal – CP	717.073	655.049
b.2) Capital Complementar - CC	47.506	31.923
- LFs Subordinadas	46.549	30.990
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	957	933
c) Patrimônio de Referência Nível II	283.086	247.951
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	281.810	246.707
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.276	1.244
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.795.471	5.601.800
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	4.751.364	4.461.193
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	1.876	10.559
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.042.231	1.130.048
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	463.638	448.144
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	584.027	486.779
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	347.728	336.108
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	416.851	350.864
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	260.796	252.081
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	456.277	402.968
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	60.619	57.771
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	524.257	505.915
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	523.408	429.008
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 2,50% até março de 2020 e 1,25%, a partir de abril de 2020)	72.443	140.045
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	18,08	16,69
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	13,19	12,26
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	12,37	11,69

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 26,42% (24,49% em dezembro de 2019).

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site*, do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**19.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco e são como segue:

Empresas / Transações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.090	-	90	467
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	35.090	-	90	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	-	-	-	467
Títulos e créditos a receber	-	3	-	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	2	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	-	1	-	-
Valores a receber de ligadas	389	485	2.644	2.869
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	73	129	655	629
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	10	10	56	82
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	1	2	10	16
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	243	273	1.524	1.772
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	6	10	48	60
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	1	2	12	14
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ⁽¹⁾	49	49	290	226
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	2	2	12	17
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	4	7	34	51
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	1	3	2
Depósitos	(145.516)	(139.381)	(1.869)	(3.109)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(1.033)	(1.476)	-	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(65)	(85)	-	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(35)	(30)	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(1.692)	(889)	-	-
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	(23.078)	(22.970)	(402)	(690)
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	(4.345)	(4.322)	(75)	(112)
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. ⁽¹⁾	(46.405)	(38.082)	(700)	(943)
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(4.101)	(4.088)	(71)	(123)
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	(12.418)	(12.898)	(222)	(387)
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(751)	(1.186)	(17)	(19)
Outros ⁽¹⁾	(51.593)	(53.355)	(382)	(835)
Captação no mercado aberto	(68.380)	(82.641)	(1.326)	(1.687)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(12.449)	(13.000)	(299)	(561)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(19.349)	(14.847)	(326)	(332)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(4.352)	(4.420)	(77)	(134)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(32.230)	(50.374)	(624)	(660)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(15.189)	(13.267)	(113)	(126)
Outros ⁽¹⁾	(15.189)	(13.267)	(113)	(126)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽¹⁾ Controladores, pessoal chave da administração.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas / Transações	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Outras obrigações	(1.075)	(343)	(81)	(88)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	(1)	(10)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽ⁱ⁾	(419)	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽ⁱ⁾	(5)	(5)	(32)	(30)
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽ⁱ⁾	(7)	(6)	(41)	(39)
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	(644)	(332)	(7)	(9)

⁽ⁱ⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Controladores, pessoal chave da administração.

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Os gastos com a remuneração dos administradores foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e são compostos, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria, como segue:

Empresas	Data da Assembleia	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	27/07/2020	23.360
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	28/07/2020	6.536
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	28/07/2020	5.889
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	06/07/2020	1.800
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	29/06/2020	100
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	28/07/2020	100

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria correspondentes a R\$ 13.024 (R\$ 9.624 em junho de 2019).

Até 30 de junho de 2020, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2020, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11 para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2020, o grupo patrocinador mantinha 19 (20 em dezembro de 2019) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 538 (542 em dezembro de 2019) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 824 (R\$ 972 em junho de 2019).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 2,6589% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 1,76% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 7,2057% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,92% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2020, elaborado com base nas demonstrações financeiras até maio de 2020, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Obrigação de benefício definido	(47.650)	(46.782)
Valor justo do ativo do plano	6.465	14.129
Déficit Líquido	(41.185)	(32.653)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 22.652 (R\$ 17.346 em 31 dezembro de 2019).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2019	14.129
Juros sobre o valor justo do ativo	1.916
Benefício pago pelo plano	(2.405)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	(7.175)
Saldo em 30/06/2020	6.465

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2019	(46.782)
Custo dos juros	(6.103)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.405
Redimensionamento da obrigação	2.830
Efeito da alteração de premissas financeiras	3.904
Efeito da experiência do plano	(1.074)
Saldo em 30/06/2020	(47.650)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	51.677
Premissa da análise	1,66%
2. Taxa real de desconto +1,0%	44.149
Premissa da análise	3,66%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	51.093
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	44.756
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano – poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

21. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

21.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Rendas de empréstimos e títulos descontados	874.763	886.898
Rendas de financiamentos	12.534	6.341
Rendas de financiamentos rurais	8.075	12.873
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	36.500	44.583
Total	931.872	950.695

21.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Depósitos	104.443	184.014
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	11.403	17.764
Operações compromissadas	4.165	2.000
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	235.647	25.951
Outras	4.572	4.643
Total	360.230	234.372

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**22.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Administração de fundos de investimentos	981	922
Cartão de crédito	3.209	3.379
Cobrança	2.271	3.476
Custódia	160	226
Garantias prestadas	986	1.145
Outros serviços	4.758	3.123
Rendas de serviços prestados a ligadas	350	310
Comissão de seguro	97	16
Serviços de arrecadação	1.809	1.202
Serviços prestados	1.665	1.712
Tarifas bancárias – conta corrente	122.942	106.549
Total	139.228	122.060

22.2. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	13.388	13.292
Proventos de funcionários	98.419	95.702
Benefícios	38.839	37.454
Encargos sociais	40.428	39.440
Indenizações	24.838	20.938
Contingências – constituição/(reversão)	(4.523)	2.653
Total	211.389	209.479

22.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Água, energia e gás	5.827	6.288
Aluguéis	34.968	33.111
Amortização e depreciação	25.926	22.593
Arrendamento de bens	1.392	4.417
Comunicações	5.765	7.152
Materiais, manutenção e conservação de bens	14.050	11.636
Processamento de dados	37.461	35.335
Propaganda e publicidade	3.413	3.402
Publicações	1.192	1.170
Serviços de terceiros	94.116	98.359
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	41.689	32.735
Serviços do sistema financeiro	7.685	5.205
Transportes	21.431	13.293
Outras	27.121	22.291
Total	322.036	296.987

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.4. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
ISSQN	6.990	7.211
COFINS	37.269	40.840
PIS	6.056	6.637
Outros tributos	3.140	3.654
Total	53.455	58.342

22.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Variações monetárias ativas	1.786	2.682
Recuperação de encargos e despesas	5.589	4.932
Reversão de provisões (vide nota nº 15.b.)	25.002	1.011
Outras receitas	2.917	9.533
Total	35.294	18.158

22.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	16.307	21.195
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	22.280	18.446
Direito de pagamento de benefícios previdenciários	107.615	70.468
Outras despesas	15.663	17.028
Total	161.865	127.137

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Lucro / (Prejuízo) na alienação de valores e bens ⁽ⁱ⁾	(26.490)	(25.774)
Desvalorização de outros valores e bens (vide nota nº 10.7.)	19.750	(3.383)
Outras	(6.083)	(2.110)
Total	(12.823)	(31.267)

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	113.989	95.716
(-) Participações dos administradores e empregados no lucro	(11.473)	(9.998)
Base de cálculo	102.516	85.718
Alíquota nominal	45%	40%
Despesa nominal	(46.132)	(34.287)
Ajustes à despesa nominal referentes:	17.773	1.486
Resultado de participações em coligadas e controladas	4.626	2.489
Despesas indedutíveis	(2.200)	(711)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(304)	(341)
Ajuste de investimento no exterior	10.910	-
Efeito tributário da CSL – EC 103/2019)	4.718	-
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo Fiscal	23	49
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	26	779
Despesa com IRPJ e CSL	(28.333)	(32.022)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, monta em R\$ 127.955 (R\$ 149.621 em dezembro de 2019)

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 296.460 (R\$ 299.416 em dezembro de 2019).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.

e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e Bacen, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19 – Aprovam parcialmente o CPC 41 – Resultado por Ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizou em 27 de março de 2020 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2019 no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2018.

f) Os desafios da pandemia do coronavírus

A pandemia do coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, estabeleceu um cenário novo, de elevada complexidade para a gestão empresarial em todos os setores da economia mundial.

No Brasil, as Autoridades Governamentais adotaram diversas ações no campo da saúde para enfrentamento da pandemia e nos campos social e econômico para minimizar os impactos decorrentes do necessário isolamento social. Para tanto, têm sido utilizados instrumentos de política monetária para garantir adequações na liquidez, crédito e capital, além dos necessários e prudentes ajustes fiscais.

O Mercantil do Brasil vem acompanhando a cada dia a repercussão dessas medidas, avaliando os impactos em suas atividades empresariais, com providências tempestivas e convergentes ao cenário vivenciado a cada momento.

Nesse contexto, merecem destaque as principais providências adotadas para a regular continuidade operacional:

- Criação de comitê de crise composto por representantes de todos os níveis de governança da instituição, com agenda diária para acompanhamento da evolução dos efeitos do coronavírus e para deliberações tempestivas que possam garantir a manutenção segura das atividades e o adequado atendimento aos clientes.
- Adesão às orientações das autoridades sanitárias, promovendo o distanciamento social de cerca de 95% dos colaboradores não envolvidos em atividades essenciais presenciais, especialmente no atendimento aos clientes na rede de atendimento.
- Apoio aos colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações diárias de boletins com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.
- Adoção de recursos tecnológicos disponíveis, viabilizando a continuidade no trabalho no sistema de home office, sem prejuízo às atividades normais.
- Implementação de amplo conjunto de medidas que têm assegurado a plena continuidade do atendimento aos mais de 2,4 milhões de clientes, em condições adequadas nos cerca de 252 pontos de atendimento, com rigorosa observância das recomendações das autoridades.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O MB mantém plena regularidade operacional, com o cumprimento fiel de suas rotinas de trabalho e observância dos prazos habituais de atividades, não vislumbrando necessidade de recorrer às linhas de liquidez junto ao Banco Central do Brasil, regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A duração dessa pandemia ainda é indeterminada e o MB, que tem foco prioritário nos beneficiários do INSS, continuará atento para a mensuração de eventuais impactos econômico-financeiros e a consequente adoção de ações mitigadores dos riscos, com avaliação dinâmica da carteira de crédito e demais itens patrimoniais.

26. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br).

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, é efetuado o cálculo de risco da carteira *trading*, através de metodologia padrão do Bacen e do cálculo de risco da carteira *banking*, através da metodologia padrão EVE (*Economic Value of Equity*), adotada pelo Mercantil do Brasil no 1º semestre de 2019. Assim, a parcela adicional de risco de mercado referente à variação nas taxas de juros das operações da carteira *banking* (Rban) passou a ser apurada através dessa nova metodologia de cálculo, antecipando a aplicação de disposições da Circular Bacen nº 3.938/19, com exigência a partir de janeiro de 2020, para as instituições do Segmento S3, a qual o Mercantil se enquadra.

O EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Adicionalmente, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Para os Fundos de Investimento, a metodologia utilizada é o V@R Paramétrico, que apresenta o valor monetário total da carteira que pode ser perdida, caso a posição seja liquidada nas condições de mercado do dia da apuração, considerando o intervalo de confiança de 95%. Os valores são apurados diariamente e devem atender os limites de perdas estipulados (*stop-loss*) na Política Institucional de Risco de Mercado.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação dos processos críticos para controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles implementados e dos dados de perda operacional com o intuito de redirecionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento

com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação e avaliação dos riscos e, dos controles e a estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente e sendo objeto de monitoramento. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado prudencial em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauricio de Faria Araujo – Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Secretário
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Euler Luiz de Oliveira Penido
Glaydson Ferreira Cardoso
Márcio Lopes Costa
Virgílio Horácio de Paiva Abreu

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTES

José Ribeiro Vianna Neto
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Ângela Mourão Cançado Juste
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Humberto Pereira de Almeida
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Wagner Ricco

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Delson de Miranda Tolentino
Marcos Paixão de Araújo
Waldemar Victor de Miranda
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson Eustáquio de Oliveira Penido
Sebastião Salvador Gamarano
Wellington Inácio

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC - MG 077.029/O-7



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido consolidado prudencial e dos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 12 de agosto de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2